



7º SEMINÁRIO

DE PRÁTICAS DE **CONTABILIDADE**
APLICADAS AO **SETOR PÚBLICO**

REFORMA TRIBUTÁRIA: VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

21^e22
AGOSTO 2025

Realização:



*A força contábil unida
pela valorização.*



Patrocínio Diamante:

BETHA  **MINSAIT**



ORÇAMENTO MUNICIPAL vs. RENÚNCIA DE RECEITA

GISSELE DE F. NUNES

Auditora Fiscal de Controle Externo

Aspectos gerais do orçamento público



Aspectos gerais do orçamento público

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (Constituição
Federal de 1988 (art. 165))

PPA

Planejar

LDO

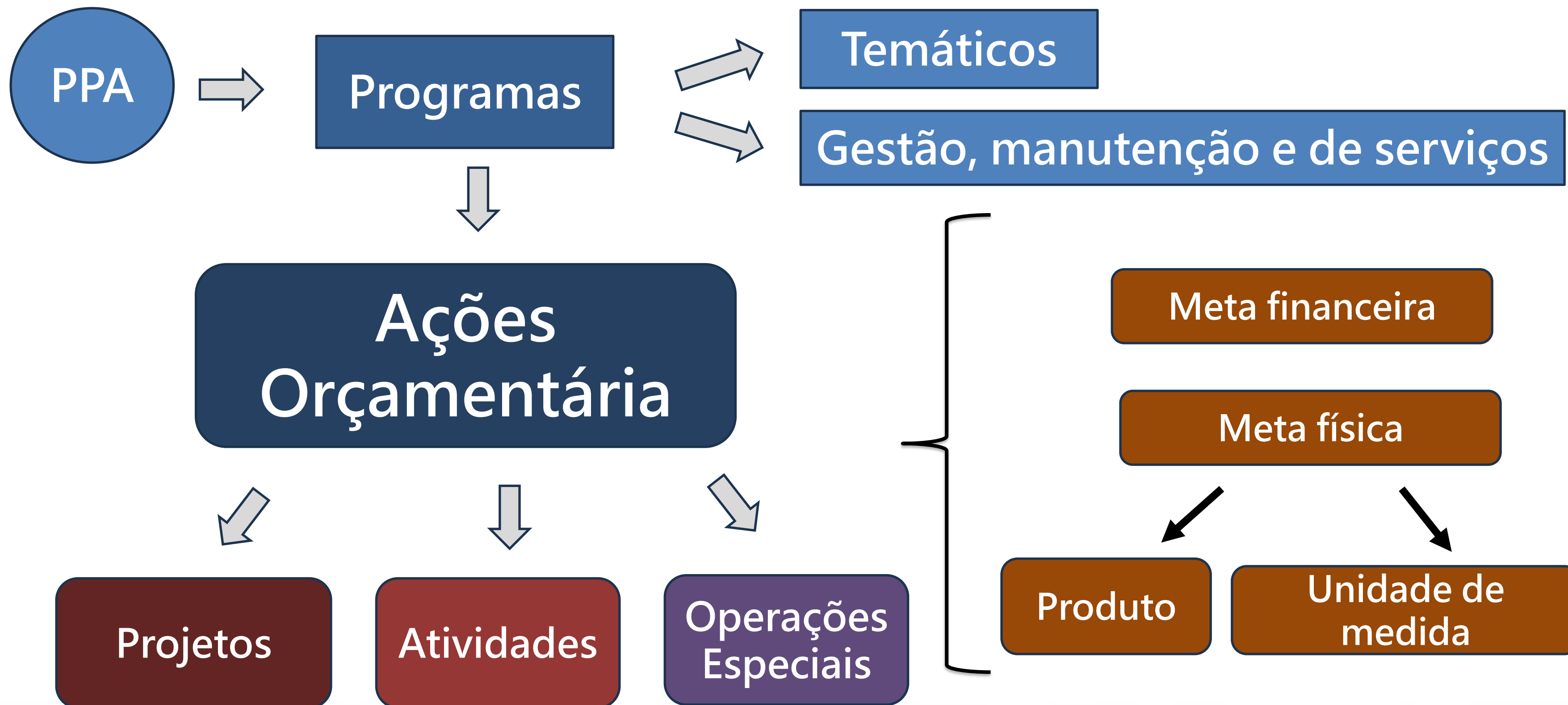
Orientar

LOA

Executar

Políticas públicas e programas de
governo

Principais pontos - Plano Plurianual - PPA



IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO PPA

2026

- Piloto do CBS (0,9%) e do IBS (0,1%)
- ISS Continua

2027

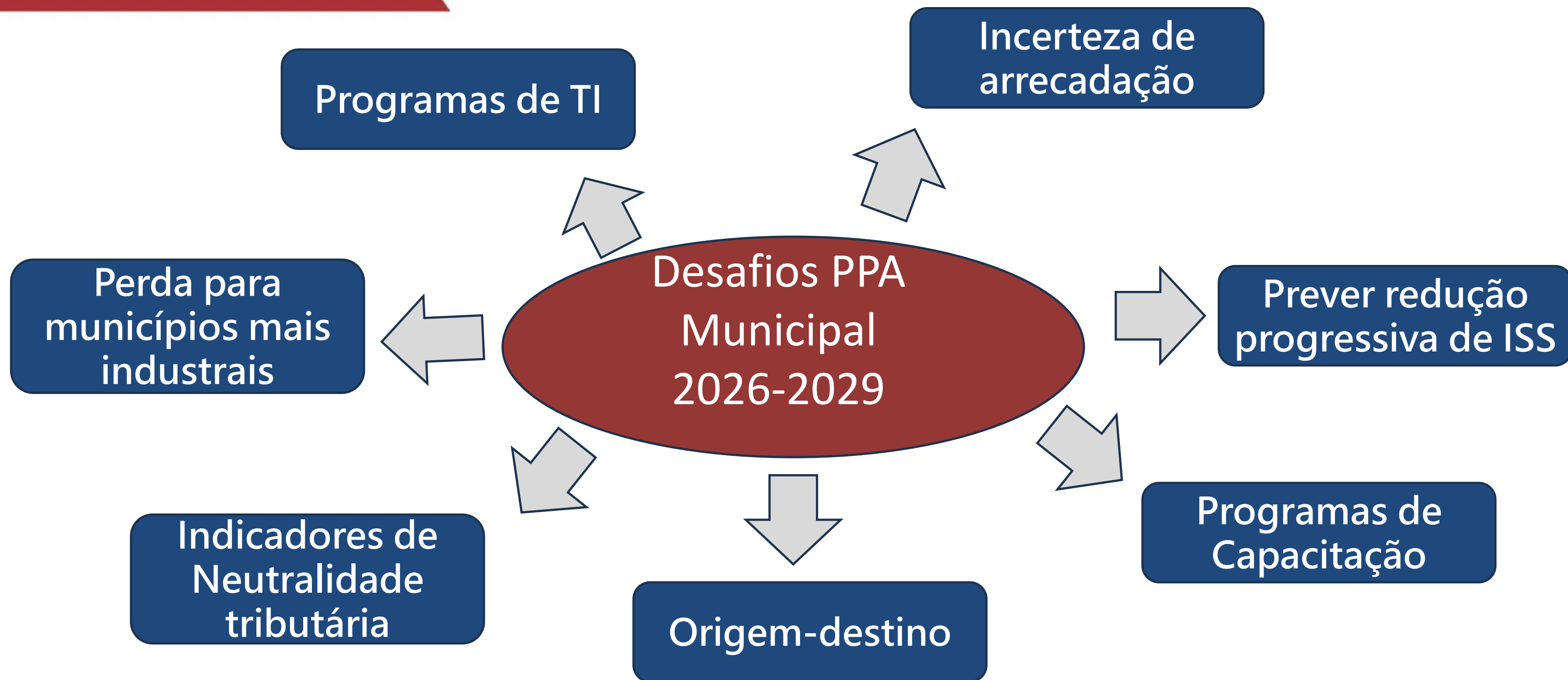
- CBS – implantação
- Alteração do FPM e FPE (IPI)
 - ISS Continua

2028

- ISS Continua

2029

Transição do ICMS E ISS para o IBS (10%) (2029-2032)



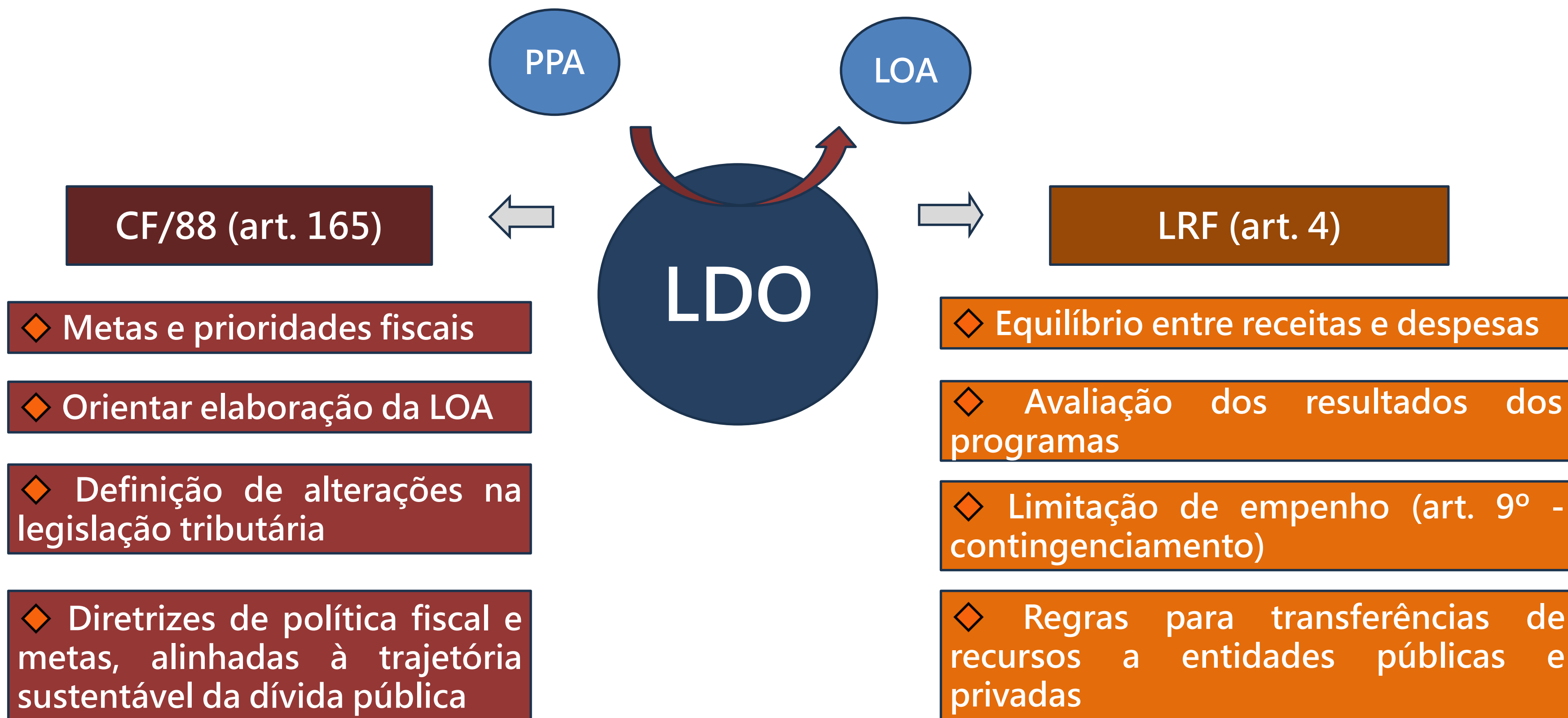
PLANO PLURIANUAL - RESUMO

ANTES DA REFORMA

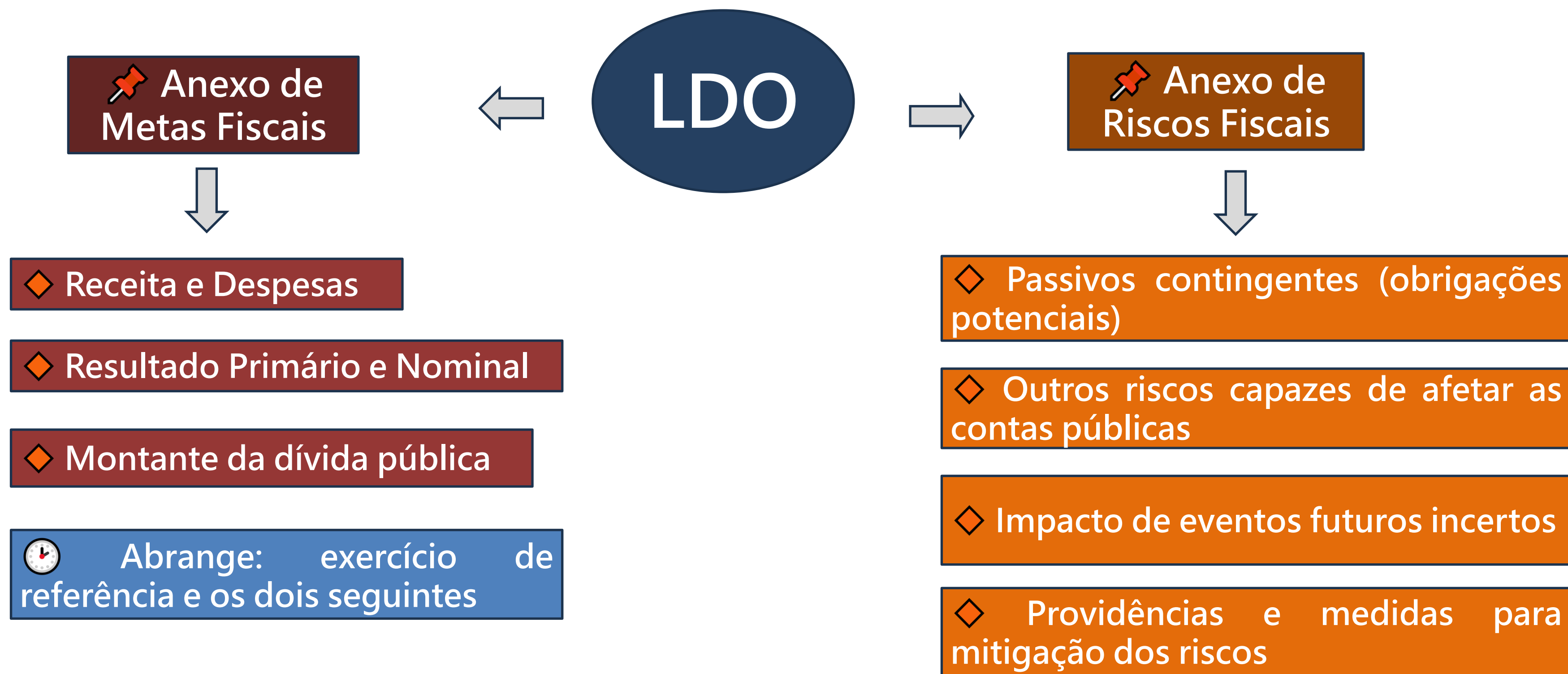
- Receita projetada com ISS como principal tributo próprio.
- Estratégia de desenvolvimento voltada à atração de empresas para aumentar arrecadação.
- Programas estruturados a partir de arrecadação estável do ISS e transferências tradicionais (FPM, ICMS).

PÓS REFORMA

- ISS será extinto até 2033 → substituído pelo IBS (art. 156-A, CF).
- Receita municipal dependerá da cota-parte do IBS, distribuída pelo critério do destino (consumo) (ADCT, arts. 131–132).
- Municípios industriais/exportadores podem perder X municípios consumidores podem ganhar.
- Programas de TI e integração fiscal (ADCT, art. 125, fase teste em 2026).
- Indicadores de neutralidade (ADCT, art. 130).
- Estratégias de desenvolvimento voltadas ao consumo local

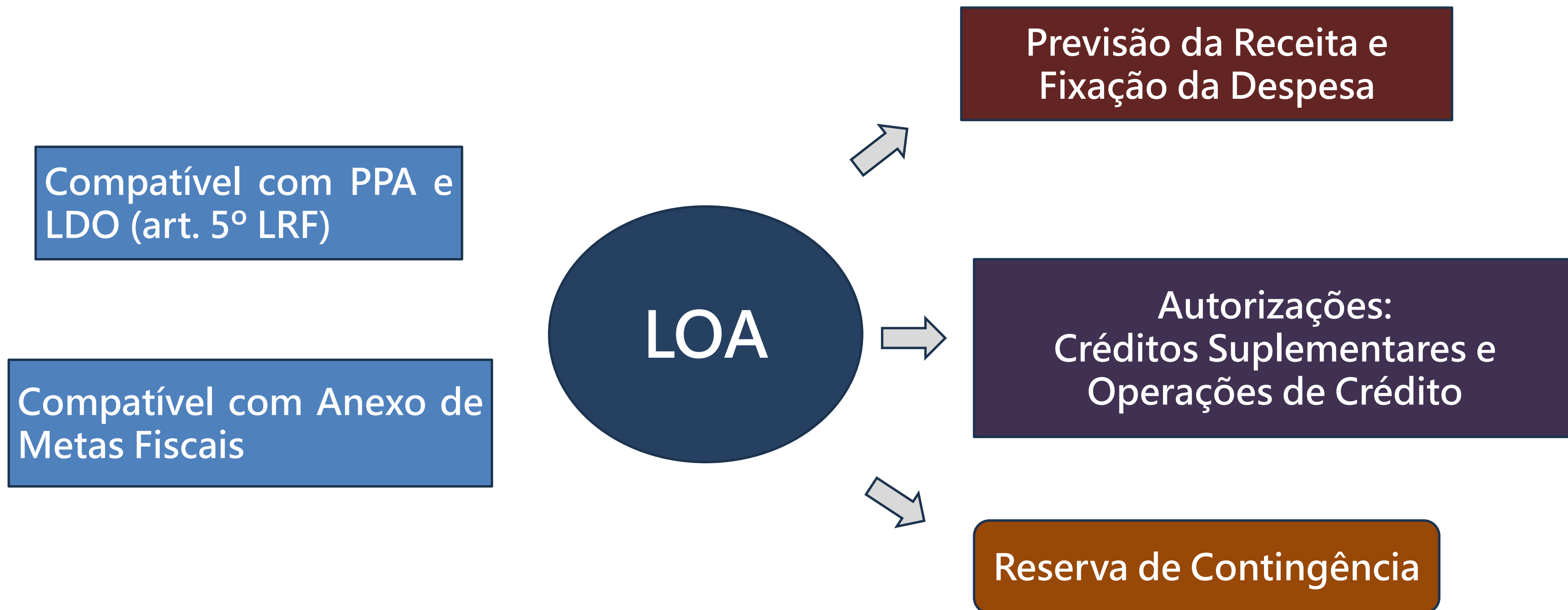


Principais pontos – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO



IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA LDO

- Não superestimar receitas
- Municípios deixam de definir alíquotas próprias
- Prioridade de despesa (TI/Nota fiscal) e Capacitação
- Priorizar política de consumo e mitigar a perda
- Manutenção de mínimos constitucionais (saúde/educação) observando que a base de financiamento muda, mas as vinculações permanecem.
- 2027–2028: manter linhas distintas (ISS; transferências ICMS; IBS em evolução; CBS impactando vinculações federais); explicitar alíquotas de referência/neutralidade.
- Projetar compensação do seguro-receita (2029)
- Estimativa da Renúncia de receita



Principais pontos – Lei Orçamentária Anual - LOA

**Previsão
de Receita**
(Art. 12 LRF)

Observarão as normas técnicas e legais

Alterações na legislação

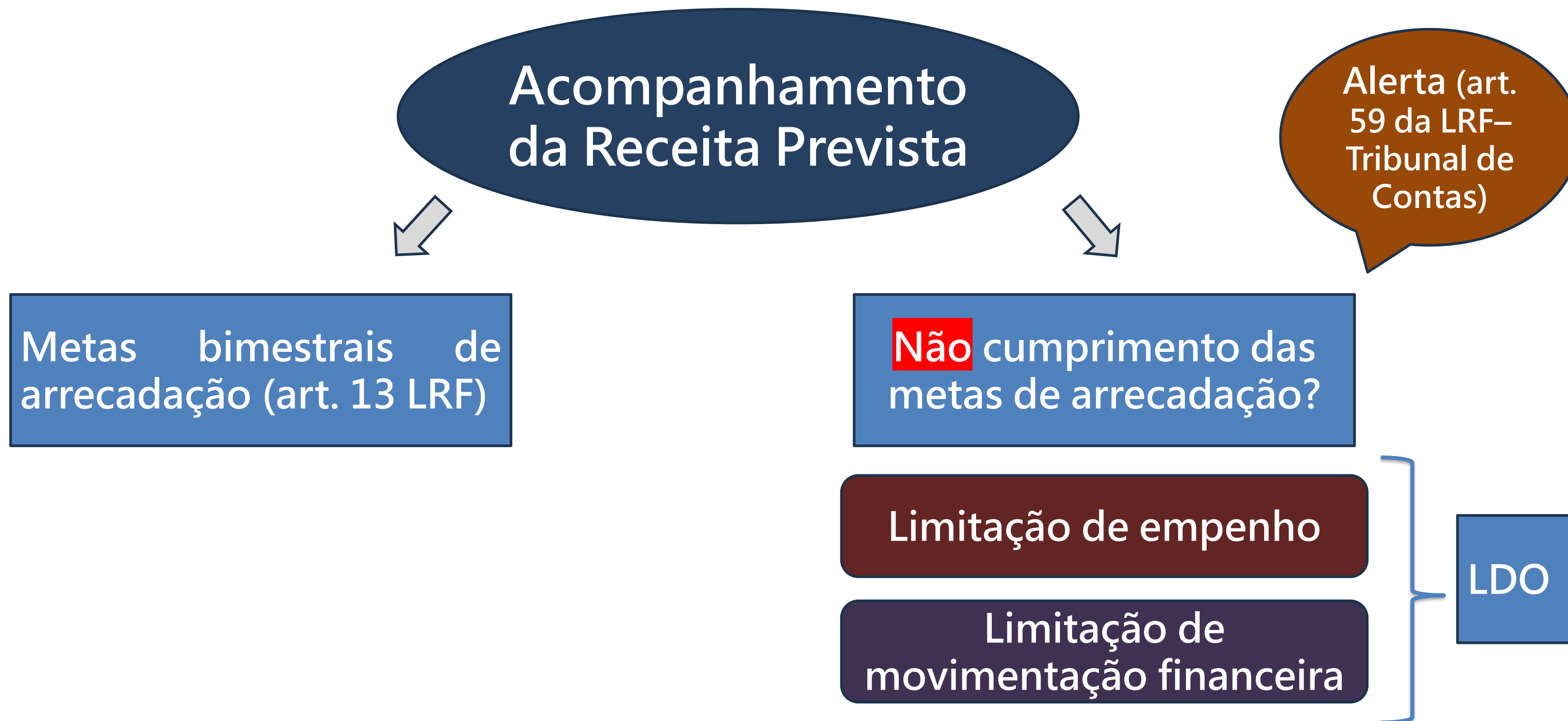
Variação do índice de preços

Crescimento econômico

Qualquer outro fator relevante

Serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas

Principais pontos – Lei Orçamentária Anual - LOA



IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA LOA

- **Previsão FPM**
- **Previsão de Arrecadação do ISS/ICMS – IBS**
- **Municípios não terão mais autonomia sobre a alíquota do ISS, perdendo um instrumento de política fiscal local**
- **Necessário prever monitoramento da arrecadação em tempo real**
- **Recomenda-se criar reserva de contingência ampliada**
- **Distinguir as receitas: ISS; ICMS (transferências); IBS (parcial)**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (R\$) EM 2024 - TODOS OS MUNICÍPIOS

Rótulos de Linha	 Soma de Valor Receita	(%)
Cota Parte ICMS	R\$10.504.410.173,65	32,03%
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	R\$7.466.341.563,78	22,77%
Cota-Parte do FPM - Cotas Extraordinárias	R\$1.519.857.180,08	4,63%
Cota-Parte do Imposto s/ Operações de Crédito Câmbio e Seguro	R\$118.434,45	0,00%
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	R\$124.354.647,27	0,38%
Cota-Parte do ITR	R\$44.333.757,48	0,14%
Cota-Parte IPVA	R\$2.010.167.394,64	6,13%
Imposto Predial e Territorial Urbano	R\$2.411.788.597,48	7,35%
Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza	R\$2.332.385.689,67	7,11%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$4.853.596.547,46	14,80%
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos	R\$1.526.484.758,58	4,65%
Total Geral	R\$32.793.838.744,54	



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Aprimorar arrecadação própria (IPTU, ITBI, taxas) para reduzir dependência
- IPTU – atualização da Planta Genérica de Valores
- IPVA – alíquotas diferenciadas (impacto ambiental) , bem como a inclusão sobre veículos aquáticos e aéreos



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Reforma tributária é inevitável e gradual, mas já precisa ser incorporada ao planejamento de 2025;
- Orçamento devem refletir prudência, flexibilidade e visão de longo prazo;
- Notas explicativas auxiliará os gestores presentes e futuros;
- O município que se antecipar na gestão fiscal sairá em vantagem no processo de transição.

A Reforma Tributária é inevitável!
É o planejamento orçamentário que decide se ela será um risco ou uma oportunidade para a sociedade.



DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO(DGO)



(48) 3221-3724 | dgo@tcesc.tc.br



Atendimento Virtual (www.tcesc.tc.br/agendamento-virtual)



Ouvidoria (www.tcesc.tc.br/ouvidoria)



7º SEMINÁRIO

DE PRÁTICAS DE **CONTABILIDADE**
APLICADAS AO **SETOR PÚBLICO**

REFORMA TRIBUTÁRIA: VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

21^e22
AGOSTO 2025

Realização:



*A força contábil unida
pela valorização.*



Patrocínio Diamante:

BETHA X **MINSAIT**

